

> Antônia Eudivânia de Oliveira Silva | **Lugares, performances e representatividade: trajetórias políticas femininas no Cariri Cearense**

I Resumo: Esse texto trata das disputas locais de representação política no Cariri cearense, com foco nas performances femininas na política formal, entendida aqui, como aquela que dá acesso à elegibilidade. Tensiono os conceitos de uma suposta identidade de gênero fixa a partir de um entendimento de gênero enquanto plural (BENTO, 2014), e do campo da política como espaço de censura que prescreve discursos que estruturam aquilo que é pensável politicamente (ARENDT, 2007). Ao final desse texto, inferimos, que apesar de o campo da política dificultar a entrada e permanência de corpos entendidos como femininos em seu interior, essas mulheres têm encontrado estratégias para participarem do espaço público da política formal; uma delas, é utilizar o título de primeiras-damas como capital.

I Palavras - chave: Gênero. Política. Performance. Legitimidade.

> Antônia Eudivânia de Oliveira Silva é Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN. Vice-coordenadora do Laboratório de estudos e pesquisas sobre gênero, educação, sexualidades e diferenças (LEGRAR/URCA). Atua, dentro dos estudos de gênero, com foco em violência doméstica e familiar, feminicídio, e relações de poder.
E-mail: eudivaniasilva@gmail.com
ORCID 0000-0002-6925-3749

Antônia Eudivânia de Oliveira
Silva

Places, performances, and representativity: political trajectories in Ceara's Cariri

Abstract: In this work I present thoughts regarding the local disputes in Ceara's Cariri political representation, focusing on female performances towards formal politics, understood here as the one which provides access to eligibility. I stress the concepts of supposed fixed gender identity from the understanding of gender as plural (BENTO, 2014), and the political field as a censorship space as it limits and prescribes discourses that structure what can be politically thought (ARENDR, 2007). In this investigation's end, I infer that although the political field hinders the entrance and permanence of bodies understood as females in its interior, these women have managed to find strategies to partake in the formal politics public space.

Keywords: Gender. Politics. Performance. Legitimacy.

O passar dos anos têm tornado mais difícil falar de um sentido, motivo ou necessidade da política, Hannah Arendt parte de experiências históricas da política que desencadearam desgraças no século passado - e que continuam a empreender tragédias nesse século -, e aponta que a pergunta filosófica deixou de ser, qual o sentido da política? para expressar: ainda existe sentido? Pois, segundo ela, a princípio, o sentido da política é a liberdade; mas, o que dizer quando ela mesma promove a separação, o isolamento e a restrição? “Se é verdade que a política nada mais é do que algo infelizmente necessário para a conservação da ‘humanidade’” (ARENDR, 2007, p. 40), então, ela mesma ameaça sua conservação quando regula disposições afetivas e éticas que permitem a salvaguarda de grupos sociais em detrimento de outros, ou seja, seu sentido se transformou em falta de sentido.

No entanto, é nessa construção, ora ameaçada, que reside o que Arendt chama de o “milagre da liberdade” (ARENDR, 2007, p. 43). Nele está contido um poder-começar, que por sua vez, reside no fato de que cada sujeito é em si um novo começo; é como se a ideia de liberdade estivesse diretamente ligada à ideia do novo, à ideia de ser livre para escolher o que ninguém escolheu. A própria autora justifica essa afirmação por lhe parecer tão longe dos ideais do campo da política,

[...] Se esperar um milagre for um traço característico da falta de saída em que nosso mundo chegou, então essa expectativa não nos remete, de modo nenhum, para fora do âmbito político original. Se o sentido da política é a liberdade, isso significa que nesse espaço e em nenhum outro – temos de fato o direito de esperar milagres (ARENDR, 2007, p. 44).

É preciso compreender o que Hannah Arendt quis dizer com liberdade em política. A coisa política ou a política não são exatamente um meio para possibilitar aos sujeitos a liberdade, uma vida livre. Posto que para viver no estado, entre seus pares, o sujeito já devia ser livre em outro sentido, ele não pode estar sujeito à coação de outro, nem mesmo como trabalhador que precisa de seu sustento. Primeiro, ele precisava ser livre, ou libertar-se para a liberdade.

Assim, o sentido da coisa política é que os sujeitos tenham relações entre si, em liberdade para além da força, da coação e do domínio. “Iguais com iguais, que só em tempo de guerra, davam ordem e obedeciam uns aos outros” (ARENDR, 2007, p. 48). Vale perguntar, quando a guerra começou e se algum dia ela cessará? Não estaríamos tratando aqui das políticas da diferença e da normatividade em que essa política desde sempre nos enquadrou?

Ao final da discussão, Arendt afirma que a política não é necessária, em absoluto, seja no sentido do que ela compreende como sendo natureza, como fome ou aliança; seja no sentido de uma instituição necessária para o convívio humano. Aliás, ela só começa, onde cessa o reino das necessidades materiais e da força física. A política existe quando poderes sociais estão em disputa, quando esses poderes reconhecem vidas como passíveis de entrar no jogo ou não, e esse jogo determina as vidas que merecem ser representadas. As concepções de Arendt elucidam, desse modo, que o espaço político exerce de fato um

efeito de censura ao limitar e prescrever discursos que estruturam aquilo que é pensável politicamente. Problemas levantados, tomadas de decisão, a fronteira entre o que é dizível ou não dizível, pensável ou impensável são dadas pelas mesmas leis que regem a entrada nesse campo. Devido às suas especificações, instrumentos e produtos, Pierre Bourdieu (2009, p. 166) afirma que, “O mercado da política é, sem dúvida, um dos menos livres que existem”.

As questões acima foram problematizadas junto aos meus estudos anteriores acerca das violências contra as mulheres e os movimentos sociais no Cariri cearense, em que me foi apresentada a ideia sobre um sujeito não unificado, sobre negociação e deslocamento desses sujeitos face às instituições sociais. E é nesse contexto que começo a vislumbrar as figuras das mulheres primeiras-damas como relações de poder e gênero relevantes para a compreensão do lugar da mulher na política. Para Isabel Amaral (2016), traçar esse tipo de relação tornou-se comum, sobretudo, a partir do século XX, quando a figura da primeira-dama despontou como peça fundamental para prolongar e consolidar o estatuto, o poder e a popularidade do marido, passando a ocupar espaços onde ele não chega; a produzir discursos e representar papéis que são “melhores entendidos”, pelo fato de partirem de uma mulher.

Nesse sentido, a figura da primeira-dama estaria relacionada diretamente a uma representação, ou afirmação do que é comumente vista como ações femininas ou de

um “mundo feminino”: atividades de cuidado, servil, protetora, paciente e etc. Aqui, os discursos sobre a feminilidade da mulher, interpretada como disposição para servir aos outros, vocação para doação e bondade, ganha maior visibilidade quando se torna mulher de um governante e passa a ser requisitada como suporte às ações do marido.

Diante desse contexto, me proponho nesse texto a tensionar a suposta identidade de gênero fixa a partir de um entendimento do gênero enquanto plural, que supõe a problematização entre gênero e subjetividade, perpassada por um entendimento do “corpo como um significante em permanente processo de construção e com significados múltiplos” (BENTO, 2014, p. 95). Acredito que a ideia do múltiplo e da desnaturalização dos gêneros ganha espaço nesse contexto, especificamente, quando se complexifica o campo de pesquisa da política formal (entendendo essa política como aquela que dá direito à governabilidade), com a entrada das primeiras-damas na disputa eleitoral, pois aqui o caráter performativo das identidades de gênero se destaca diante dos rituais eleitorais. Irlys Barreira (2008) afirma que uma campanha eleitoral, circunstância legítima de competição envolvendo o uso de imagens, faz florescer, de modo complexo, valores cotidianos e papéis sociais parcialmente aparentes, no qual se permite detectar tendências ou situações inusitadas que presidem as escolhas de candidatos ou candidatas.

Como método de pesquisa para realização deste trabalho, acompanhei e realizei observações em tempo real das atividades que envolveram as campanhas eleitorais de

2016. As relações e personagens aqui apresentados confluem na região do Cariri, interior do estado do Ceará, onde tenho desenvolvido estudos de gênero ao longo de dez anos. O Cariri cearense é uma região com uma área de mais de 15 mil quilômetros e 27 municípios, com características distintas que o torna conhecido e nomeado popularmente como um “Caldeirão de cultura”. Em função disso, tive que delimitar o campo de pesquisa, tendo em vista que as eleições no Brasil ocorrem simultaneamente em todas as cidades, e, nesse caso, tive que fazer escolhas: quais municípios acompanhar e quais relações observar.

Para tanto, decidi observar algumas convenções de partidos, momento no qual as chapas que concorrem às prefeituras apresentam seus candidatos e suas propostas. Esse momento é interessante, pois as alianças municipais e regionais são convocadas para expressar seu apoio e as oposições ficam acirradas. É nesse momento que se percebe quem faz oposição a quem. O campo da política a mim é apresentado nas convenções em formato de “show”, e nesse evento todos os atributos positivos do candidato são retratados, inclusive, sua bem-sucedida família, que é trazida para os palcos como forma de demonstrar sua capacidade e potencial administrativo. Entre julho e agosto de 2016 acompanhei 15 convenções em 10 cidades do Cariri e optei por acompanhar de perto cinco (05) dessas campanhas.

A partir das convenções observadas escolhi relações e contextos político/culturais que acredito evidenciar a necessidade de negociação entre sujeitos e gêneros; pois,

1 Relaciono o conceito de gênero fixo à ideia que visibilizou a mulher enquanto categoria universal, tomada como sinônimo de família e sempre subordinado à figura do pai a partir de diferenças sexuais biológicas. Os perigos e limites dessa concepção estão na essencialização das identidades, por um lado, e na vitimização do sujeito mulher, por outro.

2 Em um esforço para organizar analiticamente os debates internos aos estudos de gênero, Berenice Bento (2015) identifica três tendências para os processos constitutivos das identidades de gênero, que ela as nomeia de universal, relacional e plural. A terceira tendência diz respeito à problematização da vinculação entre gênero, sexualidade e subjetividades, perpassadas por um entendimento do corpo como um significante em permanente processo de construção e com significados múltiplos.

mesmo estando na mesma região, cada uma das cidades do Cariri cearense apresenta peculiaridades históricas, políticas, religiosas, que fazem com que os pretendentes a representantes dessas comunidades manejem suas performances de gênero de acordo com o contexto. Esse panorama me fez acreditar que, diante dos rituais políticos, um gênero fixo¹ não resistiria. Assim, optei por acompanhar mulheres em estreita relação política, sejam como candidatas e/ou primeiras-damas. Porque essas relações me permitem vislumbrar a reiteração de novas possibilidades para os gêneros, evidenciando a construção necessária dos gêneros plurais² contornáveis e em processo inacabável.

Assim, trago a seguir o resultado de observações feitas em um pequeno município do Cariri, onde pela primeira vez duas mulheres se candidataram juntas como prefeita e vice-prefeita; duas ex-primeiras-damas que trazem consigo imbricações e possibilidades de reflexão que explicitam que não estamos tratando aqui de um espaço social único e fechado em suas relações. Acompanhar esse processo, sobretudo, me permitiu entender, na prática, as palavras de Irllys Barreira (1998. p. 203) sobre as campanhas, quando ela afirma que são ritos de legitimação da representação que ajudam a refazer a ideia de que isso que nomeamos como sociedade e o que se denomina de política não são instâncias separadas e autônomas, mas esferas que se retroalimentam.

No entanto, nesse momento e para fins acadêmicos, direciono meu estudo especificamente para as primeiras-damas candidatas e questiono: Como essas mulheres

constroem capital político, a ponto de se legitimar como as representantes políticas dos municípios?

Gênero, política e negociação nos espaços políticos locais

Prossigo com essa discussão refletindo sobre a diferenciação proposta por Sônia Alvarez (1998) entre o campo da política e o campo do político. Para a autora, o campo da política circunscreve a esfera da política clássica, ou seja, das instituições políticas, dos partidos, dos campos de representação política e dos espaços de atuação. O campo do político teria um sentido mais amplo, pois esse remete ao cultural, ao simbólico e às relações de poder/gênero que aí se constituem e se reconfiguram mutuamente e continuamente. Para Barreira (1998, p. 33), enfatizar o campo do político é uma tentativa de trazer à tona um “[...] conjunto de significados simbólicos, visões de mundo, divisões que se explicitam em linguagens, crenças e rituais”.

Desse modo, trazemos como proposta desse texto tensionar performances femininas em disputa no contexto do campo do político no Cariri cearense. Para tanto, acompanhamos mulheres em campanhas, não só enquanto postulantes a cargos eletivos do executivo, mas sobretudo enquanto postulantes a primeiras-damas, por entender que esse lugar específico dado às mulheres tem significado quase estruturante para compreensão do

campo do político, e por conseguinte da política. Não podemos esquecer que desde Joan Scott (1995) a disputa por poder se traduz numa espécie de contenção das possibilidades metafóricas, dos símbolos representativos das diferenças percebidas, que define, legitima e dota de sentido o conjunto social. Essa é uma das ideias que nos permite afirmar que o campo da política é um espaço eminentemente masculino, já que os valores e atributos que o compõem são associados ao masculino.

Judith Butler (1998), ao discutir as condições de possibilidade de um “sujeito da política do feminismo”, apresenta a constituição atual do sujeito autorizado e legítimo da política, que ela denomina “sujeito ocidental masculinizado”. Para Butler, esse sujeito, entendido como a representação do sujeito da política, é aquele que institui as regras do jogo político através do uso da força, um dos seus atributos principais de gênero. Por questões como essas, nosso trabalho de pesquisa de campo buscava observar, sobretudo, duas relações que tento apresentar a seguir. A primeira, diz respeito ao modo como essas mulheres se apresentam no campo do político, o que reitera suas performances e como elas negociam suas imagens em cada contexto cultural específico. E a segunda relação a que me detenho diz respeito a como suas performances trabalham no processo de legitimação de sujeitos femininos em um campo já marcado pela presença do “sujeito ocidental masculinizado”.

Em cinco cidades do Cariri, acompanhei de forma mais densa as campanhas eleitorais

para o executivo e legislativo de 2016. Essas campanhas apresentaram imbricações relevantes para se tensionar as relações de gênero enquanto performances inacabadas, já que cada uma delas criava articulações em seus contextos que apontavam para os limites de um sistema coerente, uniforme e universal para os gêneros.

Em 2016, as campanhas eleitorais municipais começaram em 16 de agosto e duraram quarenta e cinco dias por determinação da justiça eleitoral. Nesse tempo, dividi as minhas ações em cinco cidades caririenses³. Participei de comícios e reuniões divulgadas pelas mídias sociais, pelas páginas *online* de candidatos e por convites multiplicados em grupos de WhatsApp que passei a acompanhar. Também me dirigia frequentemente aos comitês de campanhas, onde era possível encontrar candidatas/candidatos e primeiras-damas organizando atividades, distribuindo tarefas e atendendo eleitores. Os comitês foram espaços bem interessantes já que nesses locais são resolvidas demandas de campanha, estratégias e problemas são apresentados e debatidos. Foram a partir desses lugares que me localizei enquanto pesquisadora para acompanhar os eventos das campanhas em cada cidade.

A seguir descrevo a disputa eleitoral em uma dessas cidades, apresentando suas relações de poder, principais sujeitos, performances e o efeito prático das normalizações de gênero no campo da política.

3 As falas, comentários e observações por mim aqui relatadas foram construídas dentro do calendário das eleições municipais de 2016, aprovado pelo plenário do Tribunal Superior Eleitoral em 2015. As campanhas começaram em 16 de agosto de 2016, seguindo por quarenta e cinco dias. E as convenções aconteceram entre 20 e 05 de agosto.

Uma campanha de mulheres: Duas ex-primeiras-damas e seu capital político

Estamos em um município do Cariri com pouco mais de 21 mil habitantes, que faz divisa com o sertão de Pernambuco e Piauí, e tem uma forte tradição religiosa ligada a Frei Damião e a Santo Antônio. Nas eleições de 2016 me deparo com a primeira vez em que a cidade teve candidatura feminina para a Prefeitura, com uma chapa formada por duas ex-primeiras-damas. Essa chapa foi decidida de última hora segundo relataram os membros da coligação. A decisão foi tomada porque eles queriam “mudança de verdade”, e para haver essa mudança só mudando o tipo de candidato, assim, foi preciso mulheres na política para fazer “mudança de verdade”.

A pequena cidade vinha passando por anos difíceis em sua administração, pois o prefeito eleito em 2012, teve seu mandato cassado junto ao vice-prefeito em razão de abuso de poder político. Por esse motivo foi necessário que o presidente da Câmara de vereadores assumisse a administração da prefeitura por alguns meses até serem convocadas novas eleições. Em 2014, o presidente da Câmara, que apoiava o prefeito cassado, concorreu às eleições, mas perdeu para o representante de um grupo de oposição histórica na cidade, que se apresentavam como “filhos da terra”. Os integrantes desse grupo diziam que, enfim, mudariam os rumos da história da cidade, que dariam fim aos privilégios e que os forasteiros teriam que ir embora. A ideia de forasteiros na cidade começou há cerca de 40

anos, quando os filhos dos grandes proprietários de terra da região tiveram que disputar eleições com os jovens que chegavam formados na cidade vindos de outras localidades, entre eles jovens médicos que se instalaram na cidade e tiveram destaque na cidade.

Consequência dessa relação de forças, foi uma longa e acirrada disputa por poder local, dividida entre os que se apresentavam como “pés roxos” em alusão, ao trabalho na terra roxa, e que se diziam filhos da terra, e queriam a cidade de volta para quem estava lá desde o começo; e, do outro lado, os “pés brancos”, em alusão às vestimentas dos médicos, que diziam ter trazido o desenvolvimento para a cidade em oposição aos filhos dos “coronéis” com seus privilégios. As disputas não se deram exatamente em torno de partidos, já que é comum observarmos mudanças de partido que não alteram alianças municipais; em 2016, por exemplo, PCdoB e PSDB estavam na mesma coligação, enquanto PFL e PT estiveram juntos em várias campanhas. Aqui as relações de amizade, sangue e apadrinhamento formam laços mais eficazes para as coligações. Enfim, foram construções como essas que formaram o palco da primeira campanha feminina à Prefeitura em 2016. Nessa campanha circulei com mais facilidade pela cidade por se tratar da cidade de morada de familiares próximos, o que me permitia permanecer por mais tempo *in loco*. Foi interessante observar que o fato de ter mulheres candidatas aos cargos máximos do município fez com que houvesse certa mudança nos discursos dos eleitores e dos candidatos de forma geral. Percebi nos comícios uma preocupação dos candidatos à Câmara, sobretudo dos

que estavam do lado das candidatas à prefeitura, a se mostrarem solidários com a condição de mulher (da candidata), ao mesmo tempo em que apresentavam mulheres importantes para sua vida durante as falas no palanque.

Na primeira reunião do grupo das candidatas à prefeitura, dia 12 de agosto em um dos quatro distritos do município, um vereador trouxe sua mãe (que o acompanharia durante toda a campanha para vereador), suas duas irmãs, sua esposa e sua filha para o palanque, e falou da importância daquelas mulheres para sua formação. Exaltou a educação que recebeu da senhora, sua mãe, e do respeito que tinha por todas as mulheres, sem as quais não teria se tornado o “homem que era”. Disse ainda que devia-se aprender a valorizar o trabalho dessas mulheres em casa, que, segundo ele, é o trabalho que faz a sociedade funcionar; emocionado e com lágrimas nos olhos, disse que era por essas mulheres que estava do lado da “prefeita”, e a apoiava, porque ser mulher já era o bastante. Falas como essas tornaram-se recorrentes durante toda a campanha para os correligionários da campanha das mulheres.

Enquanto isso, a oposição fazia chacota, dizendo que o marido da candidata à prefeita não a deixava pegar o microfone com medo do que ela ia falar, e se perguntavam a plenos pulmões em seus palanques porque ele não se candidatou? Teria medo de alguma coisa? Isso porque, na convenção do dia 30 de julho, em meio à ansiedade de candidatos e eleitores, finalmente, chegou a hora de apresentar a “futura prefeita” da cidade. No

entanto, quando a chamaram, o marido pegou o microfone e apresentou as propostas de campanha. Eu olhava para os lados esperando uma reação das pessoas, perguntando quem era o candidato, ele ou ela? Mas não teve nenhuma reação. Fiquei sem entender nada. Ele concluía sua fala dizendo que sabia da excelente mãe, mulher e profissional que sua esposa era, e por isso sabia que a cidade estava em boas mãos. Ele passou o microfone para ela, que falou baixinho que faria mudanças e que tinha competência para isso. Disse como é difícil conciliar o trabalho de médica com as atividades de casa, mas fazia isso feliz, porque amava o que fazia; que também amava aquela cidade que a acolheu e, por isso, daria tudo dela para que a cidade prosperasse

Ao mesmo tempo, começaram a dizer que a vice deveria ser a candidata à prefeita, pois além de primeira-dama era também vereadora, se posicionava de forma mais enfática e “andava solta entre o povo”, atitude essa que, segundo a oposição, a candidata à prefeita não fazia. Ela estava sempre acompanhada do marido, o que para alguns era visto ora com bons olhos, ora não. A candidata à vice-prefeita também gerava desconfiança de alguns, pois diziam que ela queria ser a prefeita e se ela não se controlasse nas suas falas e nos seus abraços iria acabar ofuscando a prefeita, deixando o povo confuso. Uma deveria se conter um pouco mais para ocupar o cargo, enquanto a outra deveria se soltar mais, senão, elas não estariam à altura da função.

Na campanha eleitoral de 2016 na cidade, vários arcos de compreensão podiam ser

analisados para a construção de uma fala sobre política/gênero, mas duas questões me chamaram atenção de forma mais direta. A primeira foi um fato constatado que se repetiu em outras cidades da região, onde percebe-se o uso de determinadas profissões como capital simbólico agregador, nesse caso, especificamente, a carreira médica. Em quase todos os municípios do Cariri tínhamos médicos nos quadros políticos. Nesse município em questão, a cidade divide seus eleitores em apoiadores de “pés roxos” e de “pés brancos” - indicando a categoria médica como sinal de distinção-. A legitimidade dessa carreira pode ser percebida aqui, não só com o acompanhamento constante desses profissionais à frente da Prefeitura, somando quase trinta anos de administração feita por médicos, mas que mesmo entre os “pés roxos” o candidato é também um médico nascido na cidade fazendo oposição a uma médica que veio morar na cidade. Em 2016, a disputa ao cargo de prefeito foi travada por duas figuras da área médica.

Em 30 de agosto, no final de um comício perguntei à candidata a prefeita porque ela acha que os médicos têm, aparentemente, tanta facilidade para se projetar enquanto representantes políticos? A sua resposta é transcrita aqui do caderno de campo, e ela me contou em meio à multidão, que acreditava que o contato com pessoas carentes, em situações limites de saúde, gerava uma aproximação com a comunidade, muitas vezes inevitável para o trabalho de médico, e essas coisas sempre repercutem. Em entrevista, no dia seguinte, ela acrescentou, “Não acho certo, mas as pessoas acham que se você é um

bom médico, é uma boa pessoa, mas não necessariamente é assim”.

Em *O poder simbólico*, Bourdieu (2009) descreve o capital político como uma forma de capital simbólico, ou seja, um crédito firmado na crença e no reconhecimento de inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa poderes que eles reconhecem. “O poder simbólico é um poder que aquele que está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, que ele lhe confia pondo nele a sua confiança” (BOURDIEU, 2009, p.188). Ou seja, como creditar/confiar que um bom médico é uma boa pessoa, e por conseguinte, um bom político. E toda a lógica dessa construção perpassa uma troca ignorada de reciprocidades que é necessária ao cotidiano, que deve sua complexidade ao fato de que o cálculo não confessado do doador deve contar com o cálculo não confessado do donatário, ambos fazendo de conta que os ignora. Aqui, como em vários outros municípios do Cariri cearense, é realizado um trabalho de pesquisa pelos partidos para levantar nomes em seus quadros políticos; o trabalho nessa cidade foi feito em comunidades e distritos quando o partido ainda tinha como provável candidato o marido da candidata. Nesse período, os dois saíam juntos para bairros e comunidades com suas comitivas, e falavam dos seus projetos para o município enquanto atendiam pacientes. Ele, normalmente, atendia homens na sala, medindo pressão, receitando remédios, enquanto ela fazia o mesmo com mulheres e crianças nas cozinhas e quartos. Foi quando as mulheres começaram a dizer que votariam nela também e não só no marido.

Para Bourdieu (2011), essa ficção sincera de uma troca desinteressada não é menos indispensável à existência do grupo do que a reprodução de fundamentos da sua existência, pois, “O trabalho necessário para dissimular a função das trocas desempenha um papel que não é menos importante do que o trabalho necessário para o cumprimento da função” (BOURDIEU, 2011, p, 187). Assim, ao se aproximar o tempo de campanha, a reciprocidade é acionada, dentro de suas regras de esquecimento, pois se defende o candidato por ser bom administrador ou boa pessoa, e não por seus favores médicos.

A segunda análise que apresento das campanhas nesse município se dá em relação à reificação e cristalização de gênero enquanto universal que essencializa o corpo feminino como possuidor de uma bondade ou disposição para o bem; corpo que tem na figura da mulher enquanto mãe, seu maior exemplo. Durante todo o período de campanha para as eleições, foi possível observar aproximações, comparações e metáforas que relacionavam as atividades de um representante político ao cuidado que se tem por uma família, e também com a presença de duas mulheres concorrendo à prefeitura, a figura materna como sujeito norteador e moralizador da sociedade foi acionado pelos agentes dessa campanha.

Como dito anteriormente, os postulantes a representantes do povo se sentiram de alguma forma interpelados a falarem dos lugares que ocupavam em suas famílias e da importância de suas mães para as pessoas que se tornaram. Como o vereador citado acima, que levava sua mãe de setenta e sete anos para todos os compromissos de campanha,

pois, segundo ele nunca mentiu, nem prometeu nada à sua mãe que não cumprisse e por isso o povo podia ter certeza de que tudo que ele dizia ali era verdade. Acompanhei também um jovem candidato a vereador que diz em convenção no dia 26 de julho de 2016, que cresceu sem pai e aprendeu a ser homem com sua mãe, pois a força e a honestidade apreendida com aquela mulher, nenhum homem podia ensinar, e esse era o motivo de estar daquele lado da política, do lado certo, pois não tinha como dar errado duas mães trabalhando pelos seus filhos.

Além das candidatas à prefeitura, havia cinco mulheres concorrendo à câmara de vereadores, sendo que três delas se apresentavam como esposas de ex-vereadores – os quais tiveram seus cargos cassados por irregularidades no mandato – que aprenderam com seus maridos o ofício de um vereador. Ou seja, tinham conhecimento prático, além de terem a experiência de cuidar de uma família, tarefa essa que as preparou para cuidar do povo. Uma das candidatas se apresentava como professora do ensino infantil do município. Usando como bandeira o fato de não ser casada porque dedicou sua vida aos cuidados das futuras gerações, fato esse que a legitimava para o cargo, pois sua função era o cuidado. Outra candidata se apresentava como mãe de quatro filhos e esposa do juiz da cidade. Ao falar de sua família se considerava o coração, enquanto o marido era a cabeça, embora para ela a cabeça não era mais importante que o coração dela, o corpo precisava dos dois para funcionar, e assim, como ela era na sua família, ela seria para aquela cidade, o coração, que

reconhece e acolhe seus filhos.

Esses relatos destacam uma singularidade de experiências de mulheres que está na base do entendimento de que o cuidado com os outros produz uma sensibilidade moral singular. Nos estudos feministas, essas ideias ganham o nome de “pensamento maternal” ou “política do desvelo”, as quais afirmam que as mulheres trazem um aporte diferenciado à esfera pública por estarem acostumadas a cuidar dos outros e a velar pelos indefesos, quando não pelo desejo de legar um mundo mais seguro aos seus filhos. A partir disso acredita-se que

Com uma presença feminina mais expressiva nas esferas de poder, haveria um abrandamento do caráter agressivo da atividade política. As mulheres trariam para o campo da política uma valorização da solidariedade e da compaixão, além de uma busca genuína pela paz; áreas consideradas hoje desprezadas nos embates políticos. De modo geral, a presença feminina possibilitaria a superação da “política de interesses”, egoísta e masculina (MIGUEL, 2014, p. 69).

Esse apelo a uma voz (um saber fazer essencialmente feminino) está perigosamente próximo da naturalização de identidades que decorrem dos processos que se articulam para tornar as relações corpo/gênero históricas e destituída de conteúdo político. Nesse caso, falo de uma voz que está associada ao insulamento das mulheres na esfera doméstica como lugar próprio de sua ação, chegando a versões de pensamento extremo onde a relativa ausência de mulheres em espaços decisórios não seria um grande problema, já que por trás das cortinas quem exerceria o poder, de modo informal, seriam as mulheres dentro

dos lares.

Chacotas sobre quem manda em quem em casa e piadas, nas redes sociais, sobre maridos cuidando dos filhos para as esposas fazerem política foram constantes em toda campanha, bem como imagens de mulheres tidas por fantoches ou bonecos de madeira manipulados pelos maridos, para reforçar a ideia de que caso elas ganhassem a eleição, quem movimentaria a máquina pública seria o cônjuge. As chacotas foram tantas que, nos últimos dias de campanha, as candidatas tiveram que responder aos eleitores.

Assim, no dia 25 de setembro, no comício realizado em um distrito da cidade, candidata à vice-prefeita acusada de mandar no marido, e a candidata à prefeita acusada de ser mandada pelo marido levaram ao palanque seus maridos e seus filhos para inverter os papéis políticos na chapa. A prefeita precisava mostrar pulso forte (já que corriam boatos de que a prefeitura seria administrada pela vice); para isso, seu marido enalteceu a importância do trabalho da esposa como médica, e o quão reconhecida ela era em toda a região. Ele destacou ainda que sua esposa administrava suas clínicas sozinha enquanto cuida dele e das duas filhas. Por outro lado, a vice tinha que provar que podia obedecer e que não fazia as coisas sozinha, para tanto, o marido falou em como sua família funcionava solidária e harmônica, de modo que toda decisão era tomada em conjunto e que ninguém passava por cima de ninguém, e ela agiria da mesma forma para com o grupo político. Ao final, as duas estavam “unidas como irmãos que lutam pela melhoria de sua família, que é todo o povo de

nossa cidade” disse o locutor do comício.

A expressão “essencialismo estratégico”, cunhada por Spivak, traz uma contribuição importante para discussão, pois grupos em posição subalterna, como as mulheres, tendem a ser reduzidos a uma “essência” simplificadora e estereotipada, que ao mesmo tempo em que nega as multiplicidades das experiências desses sujeitos, naturaliza os efeitos da dominação. No entanto, Spivak propõe um uso estratégico de categorias essencializadoras entendendo que elas são necessárias para a produção da identificação, sem a qual a mobilização política não se realiza (MIGUEL, 2014, p. 84).

Ainda em relação à ideia de que mulheres na política têm uma atuação diferenciada é interessante pois, segundo Vera Soares (2013), é possível uma compreensão onde essa diferenciação ocorre, não em virtude de uma dimensão biológica, como muitos pretendem, mas pelo fato de mulheres terem uma história política diferente da dos homens, terem uma socialização e um cotidiano diferenciados. Para a autora, elas

Chegam à política com um corpo marcado de histórias. Nessa medida, tendem a levar para a vida pública olhares e vivências de uma condição discriminada e desigual, e ao mesmo tempo de vivências de gestão de um coletivo (ainda que de um coletivo privado, como a família) e de cuidado com os outros (crianças, idosos, pessoas doentes e com deficiência). Por vivências dessas histórias é possível que mulheres políticas possam estabelecer conexões mais facilmente com segmentos socialmente discriminados (SOARES, 2013, p. 345).

Problematizo esse quadro com dados de outras pesquisas, como a publicada por Gustavo Venturini e Tatau Godinho (2013), mostrando que as mulheres têm atuação em

áreas específicas, relacionadas ao atendimento à população mais vulnerável e aos papéis que tradicionalmente exerceram no mundo doméstico. Isso também não significa que elas nascem com uma vocação para essas áreas ou que estejam naturalmente em um patamar superior de moralidade e ética em relação aos seus companheiros homens.

Novos espaços, novos tempos e novos sujeitos: considerações

É possível acompanhar, em vários países do mundo, a adoção de políticas afirmativas como forma de vencer o problema da baixa participação política de mulheres na política oficial. No entanto, compreendo que, diante do quadro político/social nacional, não basta uma mudança constitucional – como foi o caso da consolidação da Lei Federal de nº 9.504 de 1997, artigo 10, terceiro parágrafo, estabelecendo uma cota mínima de trinta por cento (30%) para as mulheres em cargos eletivos e uma cota máxima de setenta por cento (70%) para qualquer dos ‘sexos’ – para efetivarmos mudanças nesse âmbito⁴. Já que, na prática cotidiana, os partidos encontraram meios de ludibriar a lei com estratégias criminosas, como filiar e lançar candidatas inexistentes ou mesmo colocar mulheres como candidatas que não sabiam serem candidatas⁵.

Numa perspectiva liberal, o único sujeito de direito é o indivíduo. Se as mulheres ou qualquer outro grupo quiserem se fazer representar, esse objetivo deve ser alcançado

4 <https://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/lei-das-eleicoes/lei-das-eleicoes-lei-nb0-9.504-de-30-de-setembro-de-1997>

5 <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/13/candidatas-recebem-zero-voto-e-dizem-que-nem-sabiam-que-estavam-concorrendo-nesta-eleicao.ghtml>

por meio das opções individuais de seus diversos integrantes, sem constrangimentos legais (MIGUEL, 2014). Desse modo, o pensamento liberal deixa de problematizar toda a historicidade e cristalização dos gêneros que definiu lugares, sentimentos, comportamentos, modelos de ser e estar nos grupos e campos sociais, sejam eles os mais diversos. Por isso, entendo, que não basta o simples esforço da vontade feminina, ou seja, não é o suficiente que as mulheres se disponibilizem a ocupar esse espaço, pois os disciplinamentos a que os corpos estão submetidos tornou, por muito tempo, esse desejo vencido.

E, por último, é preciso convencer as próprias mulheres a votarem em mulheres. Marlice Matos (2013) informa que o espaço ocupado pelas mulheres não é proporcional à sua participação como eleitoras. Somando cinquenta e dois por cento (52%) do eleitorado brasileiro, em nível local, o número de mulheres eleitas caiu, mesmo sendo 2016 o segundo ano eleitoral em que mulheres passaram dos trinta por cento (30%) de candidatas. O número de vereadoras se manteve praticamente o mesmo, isto é, 13,5% e o de prefeitas caiu de 659 em 2012 para 641 em 2016, somando 11, 84%. No ano de 2019, o número de mulheres se manteve o mesmo no Senado, foram eleitas sete (07) mulheres. Já na Câmara dos Deputados foram setenta e sete (77) deputadas, comparando com 2014, é um aumento de 51%. O número de deputadas estaduais também cresceu 35%.

Essas três questões, apresentadas acima, configuram as três barreiras cruciais a serem vencidas para se alcançar um maior número de mulheres eleitas (MATOS, 2013).

A primeira barreira seria a de desejar ou de aspirar aos cargos eletivos para elas mesmas, e não para terceiros. A segunda diz respeito a ser escolhida candidata por um partido político – a barreira do sistema político-partidário –; e, a terceira, refere-se a, finalmente, a ser escolhida pelos eleitores – como já falamos anteriormente, a barreira da elegibilidade. “A autora reifica que as estruturas, regras e procedimentos do próprio jogo político, eleitoral e partidário tem impactos significativos na elegibilidade de mulheres” (2013, p. 327).

Para Irlly Barreira (1998), é possível pensar que, a longo prazo, o aumento crescente das mulheres no cenário político promova uma desnaturalização dos atributos de gênero ainda fortemente explorados. Levando em consideração o quadro que encontramos no Cariri cearense, eu não diria ainda desnaturalização nos termos de Barreira, mas elucidaria que a crescente influência das mulheres na política formal está reiterando e reposicionando os gêneros feminino e masculino, e a partir dessas performances, encontrando novas funções para os mesmos, bem como, encontrando novos espaços de atuação para o gênero feminino.

Diante do atual quadro político nacional, essas mulheres evocam outros sujeitos sociais para assumir o estado. Um sujeito não viciado nos jogos políticos, com coragem, fiel aos seus ideais, com força para lutar, que entenda que a vida não é fácil e que saiba se colocar no lugar dos outros, porque só assim, é possível entender as necessidades dos outros e cuidar como se deve. Essas mulheres se descrevem como novos sujeitos para

política, e por isso elas se tornam necessárias e legítimas ao campo da política.

As mulheres do Cariri, as quais tive acesso no decorrer dessa investigação, assumem como estratégia de legitimação de seus corpos na política local; uma aproximação prática com a ideia de essencialismo, onde grupos em posição subalterna, - como as mulheres -, tendem a ser reduzidos a uma essência simplificadora e estereotipada que nega a multiplicidade de experiências e muitas vezes naturaliza efeitos de dominação. Não acredito que elas façam isso, necessariamente de forma racional, acadêmica ou ciente dos resultados históricos de suas posições, no entanto, a escolha pela essencialização desse feminino na política, tenha se construído a partir de experiências pessoais que lhes permitiram, por um lado, uma autoconscientização do seu não lugar nesse espaço, e por outro, uma leitura de mundo que percebe que seus entraves ao mundo da política, podem ser oriundos da possibilidade de ameaça aos costumes tradicionais organizadores do mundo.

Por fim, não podemos esquecer que os processos permanentes de constituição do estado- alvo das ações niveladoras dos sujeitos concretos-, são sempre e necessariamente sexualizados, generificados e permeados de afetos. O que implica entender sua complexidade como trama de sentidos, possibilidade de ação e lugar de interdição feitas de gênero e por dinâmicas de gênero.

Referências:

- ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2009.
- ARENDDT, Hannah. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- AMARAL, Isabel. **Primeira dama, o que é?** Disponível em: <https://www.monografias.com/pt/trabalhos913/primeira-dama/primeira-dama2.shtml>. Acesso em: 15 out. 2016.
- ALVAREZ, Sônia E. Feminismos latino-americanos. Rio de Janeiro: **Revista Estudos Feministas** Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 265-284, 1998.
- BARREIRA, Irllys. A. F. **Chuva de Papéis** - Ritos e Símbolos de Campanhas eleitorais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1998.
- BARREIRA, Irllys. **Imagens ritualizadas**: apresentação de mulheres em cenários eleitorais. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Funcap/CNPq-Pronex; Campinas: Pontes Editores, 2008.
- BENTO, Berenice. **A Reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Natal, Rio grande do Norte: EDUFRN, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. Campinas, Brasília: **Cadernos Pagu** (11), p. 11-42, 1998.
- MATOS, Marlise. **Mulheres em busca de cidadania política**: Paradoxos de uma incompletude. In: VENTURINI, Gustavo; GODINHO, Tatau. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: SESC SP, Fundação Perseu Abramo, 2013.
- MIGUEL, Luiz Felipe. A igualdade e a diferença. In: **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MIGUEL, Luiz Felipe. **Gênero e representação política**. In: Feminismo e política: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação e realidade**, Porto Alegre, V. 16n. 2, 1995.
- SOARES, Vera. Percepções e atitudes: ser mulher e participação política. In: VENTURINI; GODINHO. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**: uma década de mudanças na opinião

pública. São Paulo: SESC SP, Fundação Perseu Abramo, 2013.

VENTURINI, Gustavo; GODINHO, Tatau. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: SESC SP, Fundação Perseu Abramo, 2013.